

ELETRICIDADE PARAENSE S.A.						
CNPJ: 07.108.413/0001-33						
Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)						
Ativo	Nota explicativa	2013	2012	Passivo e patrimônio líquido		
				Nota explicativa	2013	2012
Circulante				Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	4	1.401	1.302	Fornecedores	9	11.162
Contas a receber		52	52	Empréstimos e financiamentos	10	2.570
Impostos a recuperar	5	1.063	682	Obrigações trabalhistas		167
Adiantamentos concedidos	6	1.815	3.011	Obrigações tributárias	11	12.392
		4.331	5.047	Outras contas a pagar		-
Não circulante					26.291	54.223
Partes relacionadas	7	12.948	9.081	Não circulante		
Depósitos vinculados		129	129	Empréstimos e financiamentos	10	111
Impostos a recuperar	5	3.956	4.111	Obrigações tributárias	11	3.678
Imobilizado	8	94.699	96.903	Contingências	12	1.386
Intangível		93	141	Partes relacionadas	7	42.696
Diferido		-	483	Outras contas a pagar		553
		111.825	110.848		48.424	34.229
Total do ativo		116.156	115.895	Patrimônio líquido		
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)						
		Reserva de lucros				
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados
		20.060	679	3.373	11.518	-
Em 1º de janeiro de 2012						35.630
Reserva de incentivos fiscais - Sudam		-	-	2.592	-	2.592
Lucro do exercício		-	-	-	-	8.860
Reserva legal		-	443	-	-	(443)
Retenção de lucros		-	-	-	8.417	(8.417)
Distribuição de lucros		-	-	-	(19.930)	(19.930)
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	291	291
Em 31 de dezembro de 2012		20.060	1.122	5.965	296	27.443
Reserva de incentivos fiscais - Sudam		-	-	3.593	-	3.593
Lucro do exercício		-	-	-	-	10.405
Reserva legal		-	521	-	-	(521)
Retenção de lucros		-	-	-	9.884	(9.884)
Em 31 de dezembro de 2013		20.060	1.643	9.558	10.180	41.441
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						
Demonstração do resultado Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)						
		2013	2012	Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)		
		2013	2012			
Receita operacional líquida	15	61.091	60.333	Lucro líquido do exercício		10.405 8.860
Custo dos serviços vendidos	16	(29.300)	(35.909)	Outros resultados abrangentes		-
Resultado operacional bruto		31.791	24.424	Total do resultado abrangente do exercício		10.405 8.860
Despesas operacionais				Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Despesas gerais e administrativas	17	(2.958)	(2.630)	Acionistas		10.405 8.860
Depreciação e amortização		(717)	(710)			10.405 8.860
Despesas tributárias	18	(1.245)	(549)	As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		
Outras despesas		(2.372)	(1.023)	das demonstrações contábeis foi dada pela Administração em 17 de abril de 2017. 2.2 Base de preparação - As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado.		
		(7.292)	(4.912)	2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação - Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.		
Resultado antes do resultado financeiro		24.499	19.512	3.Principais práticas contábeis adotadas		
Resultado financeiro	19	(7.570)	(5.597)	As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: 3.1. Caixa e equivalentes de caixa - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.		
Resultado antes dos impostos		16.929	13.915	3.2. Empréstimos e recebíveis - Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os empréstimos e recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos. 3.3. Imobilizado - i Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão-de-obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Companhia. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da		
Lucro líquido do exercício		10.405	8.860			
Lucro líquido por ação de capital no final do exercício		0,52	0,44			
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.						
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em Reais)						
1. Contexto operacional						
A Eletricidade Paraense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, de capital fechado, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação e comercialização de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A resolução nº 343, de 25 de junho de 2002 autoriza a sociedade a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica mediante exploração de potencial hidráulico denominado PCH Salto Três de Maio, com 25.000 / 30.000 KVA de potência instalada, implantada no rio Três de Maio, na bacia hidrográfica do rio Amazonas. A autorização vigorará até o ano de 2032, podendo ser prorrogado, a pedido da interessada e a critério da ANEEL. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia - MME.						
2. Apresentação das demonstrações contábeis						
2.1 Apresentação das demonstrações contábeis - As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). A autorização para a conclusão						

Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)		
	2013	2012
Lucro líquido do exercício	10.405	8.860
Itens que não afetam o caixa operacional		
Incentivos Fiscais - Sudam (16.d)	3.593	2.592
Amortização do diferido	483	482
Baixas ativo imobilizado	107	76
Depreciação	4.321	4.129
Amortização	48	48
Provisão para contingências	1.360	-
	20.317	16.187
Varição nos ativos e passivos:		
Contas a receber	-	35
Depósitos vinculados	-	(20)
Impostos a recuperar	(226)	1.460
Adiantamentos concedidos	1.196	(58)
Fornecedores	(9.712)	11.513
Obrigações trabalhistas	(22)	5
Obrigações tributárias	4.610	3.131
Outras contas a pagar	354	199
	(3.800)	16.265
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	16.517	32.452
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos		
Adições ao ativo imobilizado	(2.224)	(5.110)
Recursos líquidos absorvidos nas atividades de investimentos	(2.224)	(5.110)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamentos		
Distribuição de lucros	-	(19.930)
Ajuste de exercícios anteriores	-	291
Varição dos empréstimos e financiamentos	(22.986)	(26.118)
Varição líquida de mútuos com partes relacionadas	8.792	19.560
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamentos	(14.194)	(26.197)
Varição no saldo de caixa e equivalentes	99	1.145
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.302	157
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.401	1.302
Varição no saldo de caixa e equivalentes	99	1.145
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.		

Pronunciamento Técnico CPC 01/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, caso existam evidências claras de que a Companhia possui ativos registrados por valor não recuperável, ou sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável no futuro, deverá haver o reconhecimento imediato da desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. **3.6. Ativos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.7. Ativos circulantes e não circulantes** - São apresentados ao valor de custo, observadas as variações monetárias incorridas, quando aplicáveis, e deduzidos de provisão para refletir o valor de realização, quando necessário. **3.8. Passivos financeiros não derivativos** - A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **3.9. Provisões** - As provisões são reconhecidas para passivos de termo ou valor incertos que surgiram como resultado de transações passadas. O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, contingências ativas e contingências passivas são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento CPC 25 e consideram premissas definidas pela Administração da Companhia e seus assessores jurídicos: • **Ativos contingentes** - trata-se de direitos potenciais decorrentes de eventos passados, cuja ocorrência depende de eventos futuros. São reconhecidos nas demonstrações contábeis apenas quando há evidências que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização (Classificação de Risco "Praticamente Certo"), geralmente nos casos de ativos com garantias reais, decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos, ou quando existe confirmação da capacidade de recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível; • **Passivos contingentes** - decorrem de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal das atividades, movidos por terceiros, em ações trabalhistas, cíveis e fiscais. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores jurídicos, e levam em consideração a probabilidade de que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar obrigações, cujo montante possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são divulgadas como: prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. O total das contingências é quantificado utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e ao valor. Os depósitos judiciais em garantia, quando existentes, são atualizados monetariamente de acordo com os índices oficiais dos tribunais de justiça. **3.10. Imposto de renda e contribuição social** - As receitas de vendas de serviços são tributadas pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, quando estas são destinadas a estados brasileiros quando esta cobrança é determinada pelo seu regulamento, assim como a tributação pelo Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Papep. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/Papep e da Cofins são apresentados deduzindo o custo das mercadorias vendidas na demonstração do resultado. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, sendo 15%, acrescido de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social. **3.11. Passivos circulantes e não circulantes** - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos corres-